Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Ao

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Ref.:

Pregão Eletrônico Nº 18/2022

PA. nº 0002139-22.2022.6.03.8000

Solaris Teleinformática LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 11.099.588/0001-07, com sede a Avenida Sagitário, 138 – CJ 307B, Torre 2, bairro Sítio Tamboré Alphaville, Barueri/SP por seu representante legal, comparece respeitosamente perante Vossa Senhoria, para apresentar suas razões de RECURSO ADMINISTRATIVO contra a classificação da proposta da empresa R. FIGUEIREDO DA COSTA, em se tratando dos Itens 9 a 16 do Grupo 2 (Patch Cord), com fulcro no art. 109, inciso I alínea "b" da Lei 8.666/93, no artigo 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002, e demais legislações pertinentes à matéria.

I. DA SÍNTESE FÁTICA:

A Recorrente participou do Pregão Eletrônico autuado sob o nº 18/2022, cujo objeto é a "Eventual e futura aquisição de material de consumo (bateria para nobreak e outros) através de Registro de Preços, visando suprir as demandas da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP).".

A empresa R. FIGUEIREDO DA COSTA foi declarada vencedora do certame para fornecimento dos Grupo 2. Analisando-se a proposta apresentada e, considerando que a proposta da empresa não atendeu ao edital, nem indicou marca que comprovasse que o produto ofertado possui a certificação pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), esta Recorrente manifestou intenção de recorrer.

Diante do flagrante desatendimento, a Recorrida deve ser desclassificada nos termos demonstrados a seguir, a partir de argumentos fáticos e jurídicos dispostos a seguir.

II. DO DIREITO:

a) DA NÃO INDICAÇÃO DA MARCA NA PROPOSTA

Ao verificar a proposta da empresa arrematante, constata-se que o licitante R. FIGUEIREDO DA COSTA não indicou marca em sua proposta para os itens 9 a 16, contrariando o exigido no item 6.1.2 do edital, transcrito abaixo:

"6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do ITEM e total do GRUPO;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo informações que atendam às especificações do Termo de Referência. A PROPOSTA DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA, EM ESPECIAL O ITEM 6 e o ANEXO I;"

O licitante arrematante colocou em sua proposta, no campo marca/fabricante a expressão "Patch Cord", descumprindo ao exigido em edital.

O item 10.2 do Anexo I, Termo de Referência determina que:

"10.2. A licitante vencedora DEVERÁ enviar proposta que indique a MARCA e o modelo, bem como, catálogos, folders, manuais e outros documentos que atestem a especificação dos objetos, prazo de garantia, validade, voltagem, guia de instalação e outras informações técnicas inerentes ao produto ou equipamento."

Veja, o edital determina que o licitante indique a marca do produto ofertado, a fim de que fique claro para o órgão licitante qual produto será entregue no momento da requisição, fato que não foi atendido pelo arrematante.

b) DA NÃO COMPROVAÇÃO AO ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO ANATEL nº 715, de 23 de outubro de 2019:

Conforme mencionado anteriormente, ao não especificar marca/fabricante, não foi possível constatar o atendimento às normas da ANATEL por parte da empresa R. FIGUEIREDO DA COSTA, visto que para comercialização e utilização de patch cords, é obrigatório que o produto apresente a certificação ANATEL válida para os itens 9 a 16 do grupo 2.

Conforme Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019, em seu artigo 55 estabelece que:

Art. 55. A homologação é pré-requisito obrigatório para a utilização e a comercialização, no País, dos produtos abrangidos por este Regulamento.

E considerando que estes produtos (Patch Cord - cabo de rede montado) constam na Categoria I do Regulamento ANATEL, somente devem ser aceitos patch cords que possuam a devida homologação da ANATEL, visto que é um documento obrigatório para sua comercialização e utilização no país.

Embora não constasse em edital a exigência de certificação ANATEL, tal fato é uma exigência intrínseca para este tipo de produto, sendo que não pode ser comercializado ou utilizado patch cord que não possua a devida certificação.

Desta forma, não pode ser aceito um produto fora das normas nacionais de comercialização e utilização.

Inclusive, recentemente, participamos de outra licitação cujo licitante cotou produtos sem a certificação da ANATEL. Trata-se do pregão 124/2020 da FURNAS Centrais Elétricas (UASG 926137). O pregoeiro, com apoio da área técnica, ao notar que o licitante arrematante havia cotado produtos sem a certificação ANATEL, desclassificou o mesmo conforme abaixo:

Pregoeiro 27/07/2020 10:35:12 1. A Divisão de Manutenção Eletroeletrônica Triângulo Mineiro - DMLT.O, analisou tecnicamente os documentos apresentados pelo licitante e constatamos que os itens 02 e 03 não atendem nossas especificações. 1.1. Os motivos do não atendimento:

Pregoeiro 27/07/2020 10:39:25 1.1.1 - Item 02 - CONVERSOR DE MÍDIA WDM 10/100BASE-FX SM PARA CABO DE COBRE 10/100Base-TX DISTÂNCIA DE ATE 20KM; Ref.: MODELO MC111CS TP-LINK. SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE:O material apresentado não possui certificado de homologação junto a ANATEL.

Finalmente, não há dúvida de que a empresa provisoriamente arrematante descumpriu com as condições do edital, ao não especificar marca/modelo do produto ofertado, e também não comprovar a certificação dos mesmos pela ANATEL.

Perceba-se, assim, que a mera aceitação do produto apresentado, sem contemplar as incongruências do exigido pelo edital, acarretará prejuízos para a própria Administração, que não poderá utilizá-lo por estar em desacordo com as normas legais impostas.

Portanto, a Recorrente demonstrou de forma veemente que a Recorrida deve ser desclassificada do presente certame.

III. DOS PEDIDOS:

Em face de todo o exposto, requer-se seja conhecido o presente Recurso Administrativo, e no seu mérito seja julgado totalmente procedente, em relação aos itens 9 a 16 do Grupo 2 para que:

1. SEJA DESCLASSIFICADA a empresa R. FIGUEIREDO DA COSTA, por não atender ao edital, e não comprovar a referida certificação ANATEL para todos os itens de patch cord, ou seja, que não está dentro das normas nacionais legais de comercialização e utilização, para os itens 9 a 16 do Grupo 2.
2. Sejam convocadas as empresas remanescentes, até que sejam atendidas todas as exigências editalícias, bem como o teor trazido nas razões recursais;
3. De qualquer decisão proferida sejam fornecidas as fundamentações jurídicas da resposta e todos os pareceres jurídicos e técnicos a este respeito;
4. Seja o presente recurso julgado procedente, de acordo com as legislações pertinentes à matéria.

Nestes termos,
Pede-se Deferimento.

Barueri/SP, 19 de Agosto de 2022.

Paulo Sérgio Limão
SOLARIS TELEINFORMÁTICA LTDA.

Fechar